

Voleibol Sentado no Estado do Paraná: uma Contextualização com as Políticas Públicas

Kelwin Santos da Cruz¹
Leila Salvini²
Wanderley Marchi Júnior³

PALAVRAS-CHAVE: Voleibol Sentado; Políticas Públicas; Paradesporto Paranaense.

INTRODUÇÃO

A intenção de desenvolver esse trabalho surgiu da experiência como participante na comissão técnica da equipe UNILEHU de voleibol sentado. Estive junto com a equipe durante todo o ano de 2014 e percebi a ausência de competições durante a temporada. Outro ponto importante a se destacar é o incentivo que a equipe recebe através de Leis federais como a Bolsa Atleta e a Lei de incentivo ao esporte, que contribuem para o desenvolvimento da modalidade em âmbito nacional, o que posteriormente influencia nos resultados das seleções nacionais em competições internacionais. Por outro lado percebe-se que as equipes que não se encontram em nível de alto rendimento recebem pouco incentivo para o desenvolvimento da modalidade.

OBJETIVOS

Nesse contexto, o objetivo é apresentar um cenário atual do voleibol sentado no estado do Paraná, sob a perspectiva das políticas públicas direcionadas ao esporte paraolímpico no Brasil. Este trabalho se justifica pela pouca produção científica relacionada ao paradesporto no Brasil, produção essa que é ainda melhor quando tratamos do voleibol sentado, sendo essa segunda quase nula se não fossem os poucos trabalhos realizados por determinados pesquisadores.

METODOLOGIA

Caracterizamos nossa pesquisa como qualitativa e documental (FLICK, 2009), tendo em vista que consultamos a ata da Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes a Lei federal nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, que Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e também consultamos a Lei nº 12.395 de 16 de março de 2011, instituindo a Bolsa-Atleta, prioritariamente aos atletas praticantes do esporte de alto rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Dentre os estudos que abordam o voleibol sentado, identificamos os trabalhos de; Carvalho; Gorla e Araújo (2007) que objetiva oferecer subsídios para o profissional de Educação Física desenvolver a modalidade com pessoas deficientes, Souza e Machado (2014) abordam o conteúdo do voleibol sentado em uma escola estadual do Rio Grande do Sul, a partir de uma transformação didática do voleibol convencional nas aulas de Educação Física. E por fim a tese de doutorado de Miron (2011) que busca sistematizar um programa de voleibol sentado dentro das aulas de Educação Física para alunos com e sem deficiência, por meio de jogos na posição sentada com a estratégia de sensibilização para inclusão.



Obviamente que devemos reconhecer que nos últimos anos as pesquisas voltadas ao paradesporto vêm crescendo de maneira significativa, no entanto, ainda é muito pequena quando comparada ao esporte convencional. Tendo em vista o cenário dos esportes e a modalidade do voleibol nos padrões olímpicos, a prática do voleibol sentado, ou voleibol paralímpico é recente. Segundo o Comitê Paralímpico Brasileiro o Voleibol Sentado surgiu em 1956, na Holanda, após a fusão entre o voleibol convencional e o sitzbal, esporte alemão que era praticado por pessoas com mobilidade limitada e que jogavam sentadas, mas sem a rede dividindo a quadra. O voleibol sentado chega ao Brasil no final de 2002 por iniciativa de Ronaldo Gonçalves de Oliveira, hoje treinador da equipe feminina do Sesi-SP. Segundo a Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes, no ano seguinte foi realizado o primeiro campeonato brasileiro de voleibol sentado masculino. Atualmente a modalidade é fomentada pela Confederação Brasileira de Voleibol Para Deficientes (CBVD). Três instituições filiadas a CBVD estão situadas no Paraná as quais promovem somente o Voleibol Sentado masculino. São elas: Universidade Livre para Deficiência Humana (UNILEHU), localizada em Curitiba e criada no ano de 2008, Associação dos Deficientes por Amputação de Maringá (ASSAMA), localizada em Maringá e criada em 2004, Associação de Voleibol Paraolímpica do Litoral (AVPL), localizada em Paranaguá e criada em 2007, o Estado ainda conta com a equipe do Instituto Reagir, localizada em Pinhais e criada em 2013, está última não é filiada a CBVD. Em todas as instituições que promovem o Voleibol Sentado no Estado as situações são bastante similares, quase todas dependem de parcerias com prefeituras que disponibilizam um ginásio. Único caso que se diferencia dos demais e da equipe UNILEHU que utiliza-se de um ginásio de uma instituição de ensino privada e recebe auxílio financeiro através da Lei de Incentivo ao Esporte do Ministério do Esporte, algo que permite aos atletas receberem para treinar e jogar, além da Lei de Incentivo ao Esporte a maioria destes atletas também recebe a bolsa atleta em nível nacional direto do Ministério do Esporte por terem ficado entre as três primeiras colocações na última competição nacional que disputaram, garantindo o direito de receber a bolsa durante o ano de 2014. Algo que poderíamos apontar como negativo é o fato de ter um calendário de competições bastante limitado para todas as equipes, acontecendo poucas partidas durante o ano, esse quadro não é uma particularidade só do Estado do Paraná, praticamente todos os Estados do país que tem equipes de voleibol sentado passam pelas mesmas situações. Os custos das viagens são caras, com isso a maioria das equipes tem uma única oportunidade no ano de realizar um intercâmbio de jogos com times de outros estados durante a temporada, isso só acontece durante o Campeonato Brasileiro aonde a confederação cobre todos os gastos.

CONCLUSÕES

Concluimos que atualmente políticas públicas, voltadas para os paradesportos estão sendo efetivadas para equipes que já estão em um nível de alto rendimento, como por exemplo, a Lei federal de Incentivo ao Esporte e a Bolsa Atleta, isso se caracteriza como algo extremamente importância quando visamos o desenvolvimento e os resultados em grandes eventos esportivos internacionais, no entanto a intensificação destas políticas em âmbito regional se faz ainda mais importante quando pensamos em um projeto de esporte de alto rendimento e principalmente em um projeto de esporte de participação para pessoas com deficiência. Porque além do desenvolvimento da modalidade de forma competitiva a possibilidade em adaptá-la a habilidade e sexo dos participantes, conferem ao voleibol sentado inúmeras vantagens para ser desenvolvido nas dimensões de educação e de lazer (MIRON, 2011). Também não podemos esquecer que nem todas as pessoas que procuram o



voleibol sentado tem como pretensão a prática do paradesporte de rendimento, sendo que em muitos casos elas querem somente uma atividade física que auxilie na sua reabilitação e inserção social após adquirirem uma deficiência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI Nº 11.438**, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111438.htm>. Acesso em: 01/04/2015.

BRASIL. **LEI Nº 12.395**, DE 16 DE MARÇO DE 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12395.htm#art3>. Acesso em: 01/04/2015.

CARVALHO, C. L.; ARAUJO, P. F.; GORLA, J. I. Voleibol sentado: do conhecimento à iniciação da prática. **Conexões**, v. 11, p. 97-126, 2013.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL PARA DEFICIENTES. (CBVD). **Implantação no Brasil**. Disponível em: <<http://www.abvp.com.br/secao?id=37>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL PARA DEFICIENTES. (CBVD). **Estatuto**. Disponível em: <<http://www.abvp.com.br/Arquivos/Ata%20e%20Estatuto%202014.pdf>>. Acesso em: 23/03/2015.

Flick, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MIRON, E. M. **Da pedagogia do jogo ao voleibol sentado: possibilidades inclusivas na Educação Física Escolar**. 340 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2011.

SOUZA, C. A.; MACHADO, R, R. Possibilidades para a transformação do esporte em aulas de educação física: uma experiência com o voleibol sentado. **Biomotriz** (UNICRUZ), v. 8, p. 22-33, 2014.

FONTE DE FINANCIAMENTO

O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

¹ Graduando em Educação Física Licenciatura, Universidade Federal do Paraná, kelwinc@gmail.com

² Doutoranda em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, leila.salvini@hotmail.com

³ Pós – Doutor em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, wmarshjr@ufpr.br